



Apresentação e Comentários à Entrevista de Ochy Curriel

*Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA*¹ é um título apropriado para a entrevista que Ochy Curriel concedeu a Analba Brasão em julho de 2017. Ochy é uma das feministas mais conhecidas na América Latina. Ela transita/dialoga com/entre as teorias decoloniais, o feminismo negro e o feminismo lésbico e isso faz dela uma pesquisadora e ativista especialmente polêmica, pois, imbuída dessas teorias, ela propõe rupturas, releituras e ações políticas. Ochy esteve na Bahia como professora da primeira edição da *Internacional School of Transnational Decolonial Black Feminism*, ocorrida na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na cidade de Cachoeira-BA.

Entendendo que, como prática, o feminismo negro nasce do cotidiano, das lutas e desafios das mulheres negras, o objetivo principal da *Internacional School of Transnational Decolonial Black Feminism* foi propiciar um espaço de diálogo, em que a reflexão e as estratégias de intervenção e atuação políticas caminham lado a lado. Nesse sentido, o curso contribuiu com a formação e a ampliação de diálogos na busca do conhecimento sobre nós, mulheres negras, e o mundo que nos cerca. O segundo objetivo foi deslocar a geografia da razão, motivo pelo qual foi escolhido o Brasil e, em especial, a cidade de Cachoeira/BA. O terceiro foi propiciar e ampliar o diálogo entre o Feminismo Negro e Decolonial, numa perspectiva de intervenção junto aos movimentos sociais e a universidade.

Essa entrevista com Ochy é uma aula. Tomando como ponto de partida a sua experiência pessoal, ela discorre sobre os feminismos e os princípios que embasam a sua prática política decolonial. Ochy explica, complexifica, reitera posições políticas e acadêmicas e fortalece os seus laços com um projeto político em que sejamos tod@s igualmente human@s.

Como não poderia deixar de ser, Ochy é polêmica quando critica o conceito de interseccionalidade, considerado por ela demasiadamente liberal. Ainda que Ochy não tenha explorado sua crítica no âmbito da entrevista, eu gostaria de tecer um breve comentário a respeito. Atrelar o

1 Cachoeira teve uma importância histórica durante o período colonial, principalmente devido ao ciclo da cana-de-açúcar. Atualmente, Cachoeira é uma cidade marcada pela força das manifestações culturais negras, dentre as quais a mais conhecida é a centenária irmandade feminina negra da Nossa Senhora da Boa Morte.



conceito de interseccionalidade à experiência liberal, assim como apontar a sua ineficácia na prática política têm sido uma constante nas perspectivas críticas sobre o conceito. Entretanto, gostaria de lembrar que o conceito é formulado a partir de um documento político (CRENSHAW, 2002), que tinha como objetivo contribuir para ampliar a compreensão de como as experiências étnica e racial das mulheres são por vezes marginalizadas nos discursos sobre direitos²; em segundo, criticar o mau uso ou a despolitização do conceito não invalida a sua capacidade explicativa da experiência, quer dizer, a crítica deve ser feita aos sujeitos que, imbuídos de uma perspectiva interseccional, deixam de falar das desigualdades raciais e de contribuir na luta antirracista.

Mas o que significa dizer exatamente que o conceito de interseccionalidade é liberal? Do meu ponto de vista, significa colocar em destaque todo um sistema econômico e ideológico baseado na concepção de indivíduo. Entretanto, sabemos que, para muitas das comunidades racializadas, as escolhas não são individuais. Muito pelo contrário, na maioria das vezes, as ações resultam de práticas culturalmente estabelecidas que não têm como critério o indivíduo. Outras vezes, as práticas não resultam de escolhas, mas de ações que visam a salvaguardar as comunidades frente a um descaso do Estado em prover segurança, trabalho, moradia, alimentação, etc.

Houria Bouteldja (2016), uma das ativistas mais proeminentes na França hoje, por exemplo, considera que o conceito de interseccionalidade não estabelece níveis de hierarquias entre os eixos de opressão. Tomando como base a experiência concreta do Partido dos Indígenas da República (PIR) na França, Houria afirma que a raça é a categoria de opressão determinante, deixando as desigualdades de gênero, classe, sexualidade e geração, por exemplo, em segundo plano, e é com base nesta hierarquia, na qual a raça ocupa um papel determinante, que são estabelecidos critérios de aliança política.

Nesse caso, é importante refletir sobre o fato de que as alianças não são permanentes, eternas, mas resultam de estratégias que estão diretamente relacionadas aos contextos sociais, históricos, políticos. Além disso, aparentemente, no contexto francês, a xenofobia escamoteou as questões relativas ao racismo. Ainda que Houria afirme que sua ação é

2 Ao referir-se aos esquemas analíticos de superinclusão e subinclusão, Crenshaw (2002), destaca que “a discriminação racial que atinge mais diretamente os homens é percebida como parte das categorias das discriminações raciais, mesmo que as mulheres não sejam igualmente afetadas por ela” (p. 175).



ativista e não intelectual, considero sua análise demasiadamente binária, o que leva, de algum modo, a certa homogeneização dentre os sujeitos racializados. Mas, em se tratando de ação política, sabemos como os binarismos são necessários. Ao que parece, este é um dos dilemas efetivos: os binarismos que constituem as identidades políticas não dão conta da heterogeneidade vivida e nem das dimensões discursivas, tão em voga nas análises acadêmicas que constituem os sujeitos na pós-modernidade. Nesse sentido, ao perguntar-se sobre quem é o sujeito da ação política, denominado pela autora de *sujeito revolucionário*, ela responde que *é a maioria*, reafirmando que a raça é a categoria prioritária.

O conceito de interseccionalidade resulta exatamente da iniciativa de mulheres não brancas que assinalavam para uma necessária fragmentação da categoria mulher, tendo em conta, principalmente, as diferenças raciais e de classe. Os conceitos de dupla ou tripla opressão propunham exatamente isso, e é desse modo que Angela Davis busca interseccionar as categorias de raça, gênero e classe para dar conta das múltiplas opressões. É evidente que a questão racial se coloca como particularmente importante em contextos racialmente estruturados³, e o Brasil é um desses casos.

Tomando como base a experiência brasileira a partir dos anos 1970, tendo a acreditar que o movimento negro no Brasil lutou por mais de três décadas para fazer ruir o mito da democracia racial. Muito embora, para alguns, o mito ainda persista, certamente fizemos ruir suas bases. O que quero destacar com isso é que, no contexto dos anos 1970, 1980 e 1990, todos os esforços foram realizados com o objetivo de mostrar e comprovar as desigualdades raciais no Brasil e o modo como o racismo impactou as expectativas de vida, o acesso à saúde, à moradia, à educação e a conversão da educação em trabalho e renda, entre outros aspectos da população afro-brasileira. Entretanto, as conquistas com relação à visualização da raça como vetor prioritário de opressão nos últimos anos dão lugar à perspectiva interseccional, visto que as mulheres jovens lésbicas, por exemplo, querem ser vistas e tratadas como jovens, lésbicas e negras, não mais apenas como negras, inclusive fazendo subsumir a categoria mulher frente a uma suposta não generificação da categoria negro. Ou seja, embora a raça e o racismo

3 Muitos intelectuais africanos têm recusado analisar as desigualdades nos países africanos com base nas categorias de gênero e raça.



ainda continuem estruturando a sociedade brasileira e os esforços em combater tais desigualdades ainda sejam extremamente necessários, as identidades sexuais e as desigualdades de gênero já não podem mais ser silenciadas na experiência, principalmente, das novas gerações.

Outro importante elemento diz respeito à crítica ao conceito de identidade, também não muito explorada na entrevista. Como defensora da atuação política que afirma a identidade, embora reconhecendo seus limites estratégicos, destaco o modo como a afirmação identitária negra – ou deixar de ser mulata, parda, morena, etc. – fez com que a população negra brasileira se afirmasse do ponto de vista da luta política (FIGUEIREDO, 2015).

Por fim, gostaria de destacar as importantes reflexões que a entrevistada faz sobre a heterossexualidade como parte de um regime político, pois, atrelado ao conceito de nação, há uma ideia intrínseca de família nuclear, reprodutiva e heterossexual. Essa crítica é inovadora do ponto de vista de uma reflexão sobre a heterossexualidade compulsória. Para concluir, quero retomar o propósito da entrevista, que é o mesmo da *Internacional School of Transnational Decolonial Black Feminism*: propiciar um espaço de diálogo e reflexão entre tod@s nós envolvid@s no projeto mais radical de transformação social.

Ângela FIGUEIREDO

Referências

CRENSHAW, Kimbérle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. V. 1, 2002 pp 171-188.

CURIEL Ochy. La Nacion Heterossexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación, Colombia, **Brecha Lésbica y en la frontera**, Colombia, 2013.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. In: **Revista Periódicus**. V.2 2015, pp. 152-169.

BOUTELDJA, Houria. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. In: **Cadernos de Gênero e Diversidade**, V. 2, n 2, 2016, pp 5-9.